



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER N° : 001TA-2025.0414001 - CGM/PMM

INTERESSADO : SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES
- SETRAN.

ASSUNTO : 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 2023/10.001-
SETRAN, QUE TRATA DO ADITIVO QUALITATIVO
CONTRATUAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°: 2024/005-SEMAD/PMM

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUALITATIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 2023/10.001-SETRAN, CUJO OBJETO CONTRATUAL VERSA SOBRE CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA PÚBLICA SERPRO, PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS ATRAVÉS DO SISTEMA RADAR, PROVIDO NA MODALIDADE SOFTWARE COMO SERVIÇO, COMPOSTO DE INTERFACE WEB E MOBILE, DE EMISSÃO, PROCESSAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE.

CONTRATADA: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, CNPJ: 33.683.111/0001-07

VALOR CONTRATUAL: R\$ 274.320,00 (DUZENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE REAIS).

ACRÉSCIMO CONTRATUAL: R\$ 1.965,00 (UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)

VALOR COM ACRÉSCIMO: R\$ 276.285,00 (DUZENTOS E SETENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

PARECER CONTROLE

1. Da Avaliação

A avaliação de conformidade ao Termo Aditivo trata das alterações qualitativas do objeto contratual, estabelecendo novas condições ao referido contrato.

A Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte realizou a solicitação de aditivo qualitativo para inclusão de serviço de migração de autuações do sistema SISTRÂNSITO para o Radar-SERPRO, conforme justificativa apresentada.

Nos termos do que determina a Lei n° 14.133/2021, os contratos, desde que sejam devidamente justificados, poderão ser alterados em determinados casos previstos no art. 124.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Dentre os casos, destaca-se o estabelecido no inciso I, alínea "a", no qual a Administração, de forma unilateral, pode requerer alteração contratual, quando houver modificação do projeto ou especificações, rezando o referido dispositivo legal o seguinte:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.

Trata-se de poder discricionário da Administração de realizar alterações contratuais, todavia, estas alterações devem ser devidamente justificadas.

Quanto ao contrato em questão, verifica-se de forma cristalina a possibilidade de se aditivar o contrato fundamentando-se na necessidade de modificação de projeto ou das especificações contratuais, qual seja, inclusão de serviço, haja vista ter sido devidamente justificado.

2. Da Instrução do Processo Administrativo:

Quanto à apresentação da documentação necessária e regular instrução processual, ressalta-se que para instruir os autos foram juntados os seguintes documentos: Solicitação do Setor Demandante, Solicitação de interesse no aditivo à empresa, resposta da empresa com proposta comercial, Contrato e seus anexos, Documentos de habilitação, Solicitação de disponibilidade orçamentária, Folha Despacho de Classificação Orçamentária, Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira, Justificativa, Portaria de nomeação da Coordenadoria de Licitações e Contratos, Termo de Abertura e Autuação, Minuta do 1º Termo Aditivo, Parecer Jurídico nº 001.0314/2025, Convocação para a assinatura do Termo Aditivo, 1º Termo aditivo e Extrato do 1º Termo Aditivo.

3. Da Análise Jurídica:

O aspecto jurídico e formal do procedimento, foi realizado pela Assessoria Jurídica, onde foi constatado que sua elaboração se deu com observância à legislação que rege



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

a matéria, atestando a sua legalidade, conforme Parecer Jurídico nº 001.0314/2025.

4. Da Conclusão:

Ante o exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, esta Controladoria Geral do Município - CGM vislumbra a possibilidade de adequação ao disposto no **1º Termo aditivo Qualitativo ao Contrato nº 2023/10.001-SETRAN/PMM.**

Por fim, seguem os autos para a Coordenaria de Licitações e Contratos para o cumprimento dos demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Marituba/PA, 14 de abril de 2025.

GLAYDSO GEORGE M DE MIRANDA
Controlador